

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Curso de Especialização Lato Sensu em Ensino de Geografia – ENGEIO**

**Ihara Santana Silva**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E A SUA IMPORTÂNCIA NO ESTUDO DA  
CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

**Diamantina 2022**

**Ihara Santana Silva**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E A SUA IMPORTÂNCIA NO ESTUDO DA  
CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

Texto de conclusão de curso apresentado ao programa de especialização *lato sensu* em Ensino de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Gonçalves Pereira

**Diamantina 2022**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

S586 Silva, Ihara Santana  
2022 O ENSINO DE GEOGRAFIA E A SUA IMPORTÂNCIA NO ESTUDO DA  
CULTURA AFRO-BRASILEIRA [manuscrito] / Ihara Santana Silva. --  
Diamantina, 2022.  
32 p.

Orientador: Prof. Juliano Gonçalves Pereira.

Monografia (Especialização em Ensino de Geografia) --  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,  
Curso de Especialização em Ensino de Geografia, Diamantina,  
2022.

1. Ensino de Geografia. 2. Afro-brasileiro. 3. Base  
Nacional Comum Curricular. 4. Lei nº10639. I. Pereira, Juliano  
Gonçalves . II. Universidade Federal dos Vales do  
Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-  
2886  
e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

## Ficha de Aprovação

---

### TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**TÍTULO:** O ensino de geografia e a sua importância no estudo da cultura afro-brasileira

**AUTOR:** IHARA SANTANA SILVA

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Juliano Gonçalves Pereira

**Aprovada em:** 20 de julho de 2022

#### BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Juliano Gonçalves Pereira

Documento assinado digitalmente  
gov.br Juliano Gonçalves Pereira  
Data: 20/07/2022 19:29:32-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

UFMG

Prof<sup>a</sup>. Dr. Adna Cândido de Paula

Documento assinado digitalmente  
gov.br ADNA CANDIDO DE PAULA  
Data: 21/07/2022 18:08:10-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

UFVJM

Prof<sup>a</sup>. Ms. Leidiany Peric dos Santos

Documento assinado digitalmente  
gov.br LEIDIANY PERIC DOS SANTOS  
Data: 20/07/2022 20:43:53-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

UFVJM

**Diamantina, 20/06/2022**

### **Agradecimentos**

Chegou a hora de agradecer por mais uma conquista em minha jornada acadêmica. E neste momento sinto uma grande alegria e emoção em vivenciar essa trajetória na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Hoje, agradeço primeiramente a Deus por ter me acompanhado em todos os momentos, e sempre ter estado ao meu lado me guiando e protegendo sem ELE eu não estaria aqui.

A minha mãe Ivani, deixo minha eterna gratidão por todo amor, apoio confiança e incentivo durante os anos de estudo.

Ao meu irmão Thaylo e irmã Ivania agradeço pela compreensão e apoio de sempre;

As minhas amigas Ingrid e Leidiane e amigos Joênio, Reginaldo, Lauro agradeço pelos momentos em que me incentivaram a seguir em frente em busca dos meus objetivos, minha eterna gratidão;

A minha amiga Leidiany Peric líder do Coletivo de Mulheres Negras, e a Prof. Adna agradeço por acreditarem em meu potencial e me incentivarem a ir ainda mais longe;

Minha eterna Gratidão ao meu orientador Professor Juliano por todo conhecimento e sabedoria transpassados, nesse estágio importante da minha vida.

Em especial a todos que puderam contribuir direta ou indiretamente na minha formação.

Á todos o meu muito obrigado!

## RESUMO

O referido trabalho reflete sobre a contribuição e importância da disciplina de geografia no estudo da História da África e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Levando em consideração a aplicação e obrigatoriedade do tema nas instituições escolares, a partir da promulgação das Leis Nº 10639/2003 e 11645/2008 que altera a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394. Estas duas leis foram estabelecidas no intuito de evidenciar a importância da história e cultura do povo negro e indígenas, que por séculos foram marginalizadas e silenciadas em nosso país, sobretudo, na educação. A pesquisa bibliográfica de revisão da literatura existente a respeito do tema, analisou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Geografia do ensino fundamental, anos iniciais e finais, a fim de entender como se apresenta a divisão do conteúdo ao longo das modalidades apresentadas na Educação Básica. Em seguida refletimos sobre as contribuições da geografia sobre a temática das relações questões étnico-raciais, enaltecendo as formas como ela pode ser utilizada de modo a minimizar as discriminações raciais. Ainda é um desafio que povos negros e indígenas apareçam bem representados nos conteúdos dos livros didáticos e paradidáticos, da educação brasileira, e esta pesquisa buscou dar continuidade as reflexões que corrijam pedagogias do silenciamento, que agem a favor da discriminação racial, revelando caminhos para profissionais de geografia atuarem a favor da promoção da igualdade racial.

**Palavras chave:** Ensino de Geografia, Afro-brasileiro, Livro Didático.

## **ABSTRACT**

This work reflects on the contribution and importance of the discipline of geography in the study of African History and Afro-Brazilian and Indigenous Culture. Taking into account the application and obligatoriness of the theme in school institutions, from the enactment of Laws N° 10639/2003 and 11645/2008 that amends the Law of Basic Guidelines for National Education - Law n° 9,394. These two laws were established in order to highlight the importance of the history and culture of the black and indigenous people who for centuries have been marginalized and silenced in our country, especially in education. The bibliographic research to review the existing literature on the subject, analyzed the National Common Curricular Base (BNCC) of Geography of elementary school, initial and final years, in order to understand how the division of content is presented along the modalities presented in Education. Basic. Next, we reflect on the contributions of geography to the theme of ethnic-racial relations, highlighting the ways in which it can be used in order to minimize racial discrimination. It is still a challenge for black and indigenous peoples to appear well represented in the contents of textbooks and para- didactics, of Brazilian education, and this research sought to continue the reflections that correct pedagogies of silencing that act in favor of racial discrimination, revealing paths for professionals of geography to act in favor of promoting racial equality.

**Keywords:** Teaching Geography, Afro-Brazilian, Textbook.

## LISTA DE TABELAS

Quadro.....	21
-------------	----

### SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. OBJETIVOS .....	13
2.1 Objetivo Geral.....	13
2.2 Objetivo Específico .....	13
3. JUSTIFICATIVA .....	13
4. METODOLOGIA.....	15
5. REFERENCIAL TEÓRICO .....	17
5.1 A Geografia e a Questão Racial.....	17
5.2 A Implementação das Leis 10639/2003 - 11645/2008 .....	19
5.3 Análise da Base Nacional Comum Curricular/BNCC de Geografia .....	21
5.4 Os Livros Didáticos de Geografia e os Conteúdos da Cultura Afro- brasileira no Ensino Básico.....	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	31

## 1 INTRODUÇÃO

As populações, negra e indígena, brasileiras foram e ainda são partes constituintes e estruturais da história, da cultura, da sociedade e da política do Brasil. A inserção das temáticas referentes às contribuições afro-brasileiras e indígenas, as informações qualificadas da importância das comunidades tradicionais quilombolas e dos nativos da América indígena no currículo escolar se fazem necessárias, e são de fundamental importância para compreendermos as diferentes contribuições étnicas que constituem o nosso país. Além disso, sem essa inserção, não se compreende a complexidade desse povo miscigenado de descendentes de africanos, de indígenas e de descendentes de europeus, árabes e asiáticos, que formam a população brasileira.

O objetivo deste trabalho de TCC é analisar como o ensino de geografia pode contribuir no alargamento da compreensão sobre a contribuição dos povos afro-brasileiros e de sua cultura na formação do Brasil, levando em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vigente no país. Focaremos nossas análises na questão negra, mas sempre trazendo a pauta indígena para as reflexões, por entender a proximidade nas reflexões.

Buscamos no limite deste texto dar continuidade e ampliar o debate sobre os impactos dessa unidade curricular na educação, atenta à Lei 10.639 de 2003 que alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Em 2008, essa lei foi novamente alterada inserindo a questão indígena com a Lei 11.645. Deste modo, buscamos investigar como o ensino de geografia tem dado a sua contribuição no processo de construção da identidade da cultura afro-brasileira e indígena.

As análises e releituras de assuntos relacionados ao povo negro e sua cultura como base para formação da brasilidade abre espaço às discussões étnico-raciais e contribui diretamente para a compreensão das desigualdades sociais e raciais ainda persistentes e que foram estruturadas, ideológica e estruturalmente, em nossa sociedade.

Diante do desafiador cenário social imposto às populações não brancas, especialmente as negras, se revela fundamental que discussões atentas as especificidades da cultura, no seu sentido amplo, como tudo aquilo que é produzido pelo ser humano, dos povos afro-brasileiros e de seus ancestrais africanos e também tenham o seu devido espaço na base da educação, ou seja, elas precisam estar inseridas em todo o currículo nacional da

educação brasileira para que possam chegar ao povo brasileiro, enfatizando que existem outras narrativas para além da versão única de um determinado grupo étnico que insistem em qualificar negros como descendentes de escravos e não como povos que foram escravizados. Elucidar que somos descendentes de reis e rainhas e que contribuíram sistematicamente para a formação do que hoje se entende por Brasil.

Os motivos que levaram a refletir e abordar essa temática, descortinam a condição desta pesquisadora enquanto mulher negra, nascida dentro de um território quilombola, com pouca estrutura material, mas, constituído de fortes valores e cultura ao modo tradicional dos quilombos. Nesse cenário e pelas mãos de uma senhora parteira, e “mãe de umbigo”, minha e da comunidade, como rege o entendimento cultural quilombola, me constituí cidadã e educadora.

Essas experiências vêm me dando suporte para refletir criticamente sobre a maneira como a educação quilombola se constitui e pode contribuir para a educação tradicional, sobretudo, como o ensino de geografia pode potencializar a compreensão da experiência educacional afro-brasileira.

É neste contexto, das minhas experiências pessoais e investigativas, que se somam a história do povo negro, as memórias dos ancestrais quilombolas, que busco investigar os silêncios da educação, e de que maneira pensar esse tema pode potencializar os discursos que também explica esse Brasil multicultural e diverso. O silenciamento desse tema é nocivo, a ponto de educar para a não identificação, não valorização da cultura afro-brasileira, africana e indígena, favorecendo a autonegação e auto rejeição das pessoas não brancas.

As inquietações que estruturam esse texto surgiram, para mim, tardiamente, mas, quando pude olhar para o passado e perceber que a falta de uma leitura consciente de minha história deixou uma profunda crise de identidade, busquei fazer as devidas reparações comigo mesma, e fui buscar os momentos de minha experiência estudantil enquanto aluna negra quilombola. Percebi o quanto foi sofrido para mim e o quanto ainda continua sendo para os meus semelhantes, quando a educação discrimina, valoriza preconceitos, traços e fenótipos de uns em relação a outros em suas unidades curriculares ensinadas nas escolas. Ao viver a experiência de estar em uma sala de aula e não me sentir parte integrante daquela estrutura, e de buscar me encaixar em padrões estéticos e corporais para agradar terceiros, como alisar o cabelo, percebi que existe um pedagogia que continua sendo aplicada que desencadeia um processo doloroso e perversos para pessoas negras (preta e pardas), como um dia foi para mim.

A história em si apaga toda a forma de contribuição dos povos africanos, não existe representatividade, além do fato de que todos os referenciais educacionais serem ocidentais, ou seja, norte-americanos e europeus. Nada se fala sobre a cultura afro-brasileira e africana, nos conteúdos educacionais dos livros didáticos, sobretudo nos de geografia e precisa ser corrigida. Há grandes oportunidades de aproximação da geografia com a temática racial, que podem ser voltados para ensinar sobre a contribuição negra para o Brasil. Quando esses conteúdos não são trabalhados de maneira correta, eles afetam diretamente as crianças, os adolescentes e os jovens e adultos contribuindo para que se tornem pessoas inseguras e em conflito com suas origens e identidades.

A geografia está intimamente relacionada às experiências negras, por exemplo, no que diz respeito à diáspora africana, a rotas de fugas que eram trançadas nas cabeças das mulheres, ou a localização dos quilombos, que eram escolhidos em assentamentos geográficos específicos para serem protegidos de invasão. E para além a geografia vem contribuindo com trabalhos relacionados na área da demografia, geografia humanista, o racismo ambiental e nas questões de meio-ambiente e sustentabilidade, entre outros.

A dificuldade em estabelecer as devidas conexões entre a disciplinaridade da geografia e o tema das relações étnico-raciais é uma faceta da experiência educacional brasileira, que precisa ser problematizada e corrigida, pois não há espaço para que, em pleno século XXI, essa formação continue sendo conduzida pelo *racismo estrutural*<sup>1</sup>. A minha experiência empírica demonstra o quanto pode ser destrutiva uma educação que se estrutura a favor da discriminação racial, apresentando um único paradigma de cultura nacional, o ocidental.

---

<sup>1</sup> **Racismo estrutural** é aqui compreendido como formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor para ter sucesso e ao mesmo tempo prejudica outros grupos de modo consistente e constante causando **disparidades** que se desenvolvem entre os grupos ao longo de um período de tempo. (ALMEIDA, 2019).

A compreensão de que a sociedade brasileira é racista é fundamental para que ela seja alterada. É preciso se dar conta que esse racismo é nocivo, quando silencia a contribuição de povos indígenas e africanos e somente enaltece as importantes contribuições dos povos europeus e norte-americanos, o que configura uma educação ainda a favor da colonização. A brasilidade se constituiu persistente em reproduzir padrões estéticos, culturais e epistêmicos ocidentais, europeus e norte-americanos, pautados em oprimir o corpo, a cultura e a identidade indígena e negra.

É de fundamental importância criar ferramentas de superação que interrompa essas continuidades hegemônicas, uma educação comprometida com a promoção das igualdades raciais que possam dialogar com as contribuições de povos tradicionais indígena e afro-brasileiros de maneira que sejam reconhecidas suas inestimáveis contribuições, e assim buscar minimizar e até dirimir os resquícios da colonização do saber que persiste em nossa sociedade.

As escolas, em teoria, são espaços de construção de conhecimento e saber, lugar de desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos discentes, que dá suporte à construção de suas identidades. É também dever da escola auxiliar na valorização e no reconhecimento das origens, levando em consideração as diversidades existentes no território onde a escola está inserida, abordando a cultura local, incorporando as diferenças raciais, religiosas, de gênero ou sexualidade. As escolas não podem ser ambientes neutros, as diferenças precisam ser abordadas, no entanto, o sistema de ensino brasileiro pode ser questionado, pois reproduz uma sociedade que é falha e excludente valorizando uma cultura dominante.

Em nenhum momento durante o meu processo de formação básica me senti contemplada nos conteúdos curriculares, afinal, quase não existiam discussões acerca do racismo, do preconceito, a não ser na data do dia 13 de maio (Enaltecendo a abolição da escravidão) e posteriormente o dia 20 de novembro (Dia da consciência negra). Entendo que, sem o devido aprofundamento sobre as marcas deixadas pelo doloroso e duradouro período de escravidão, a história continuará sendo contada sobre a ótica do europeu colonizador.

Ainda é um desafio pensarmos uma pedagogia inclusiva nas escolas, pois ainda hoje, pouco se comenta sobre a cultura indígena a não ser de maneira superficial no dia 19 de abril (Dia do Índio), onde atividades pedagógicas carregadas de estereótipos, e na maioria das vezes sem o devido reconhecimento e valorização cultural dos Indígenas, bem como no dia 13 de maio e 20 de novembro são trazidas as memórias dos povos africanos são no terreno escolar. Essas datas eram e ainda são comemoradas de forma romantizada

dentro das escolas. A educação para as relações étnico raciais ainda é pouco conhecida, o que traduz um currículo assentado na cultura ocidental europeia, no entanto existem leis que tornam obrigatório o ensino e aplicação de outras culturas, leis essas que não são de fato cumpridas.

A pretensão aqui para além de expor o cenário de opressão é buscar elucidar toda a construção de uma herança cultural, da ancestralidade, das vivências, e resistência de um povo que se matem firme, apesar da violência da colonização e seus impactos na atualidade, e não refletir sobre os milhares de corpos mutilados nas américas durante a colonização, e nos milhares afundados no oceano Atlântico para garantir a construção desse país, a nossa história não é só de dor, e isso repercute nas desigualdades sociais, educacionais e culturais existentes hoje passado claramente reflete os momentos atuais, a ponto de em pleno século XXI, já estudante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, eu ter que presenciar a subalternização da cultura indígena e negra em detrimento do favorecimento da cultura europeia.

Questiono o porquê dessa continuidade de condutas? O que impede essa universidade, que está dentro de um território de quilombos, majoritariamente negro, a cidade de Diamantina possui quase 74% de pessoas autodeclaradas negras (IBGE, 2010) e o quadro de funcionários não são representativos, sobretudo na docência. As narrativas do povo negro ainda são construídas e passadas por professores brancos. E mais uma dúvida surge: até quando os ecos do período escravocrata, vão se repercutir dentro do âmbito social?

Embora não sejam esses os problemas desta pesquisa, tais inquietações dão suporte para perscrutar como o ensino de geografia pode contribuir no estudo da cultura afro-brasileira?

Nossas hipóteses é que sim, o ensino de geografia pode contribuir para melhor compreensão da cultura afro-brasileira, e, quando essa disciplina está comprometida com os conteúdos negros, ela potencializa as experiências do povo negro como protagonista, podendo ser essencial para lançar novas possibilidades de leitura sobre a experiência desse povo.

Enquanto geógrafa, educadora, negra, quilombola, compreendo que meu papel seja o de contribuir, mesmo que de maneira sutil, em pequenas fissuras no pensamento de meus educandos, apresentando conteúdos e reflexões que aparecem na unidade curricular de geografia de maneira a potencializar a história negra, ao invés de reduzi-la.

Os conteúdos programáticos, presentes no currículo de geografia podem e devem ser articulados com a cultura afro-brasileira, pois de alguma forma, a depender de como são apresentados, ampliam a compreensão étnico racial dos discentes. É fundamental, nessa direção, pensar em materiais de auxílio pedagógico para os professores do ensino básico que dê suporte a essa visão de mundo negro africana até romper com o silêncio como prática pedagógica a favor da discriminação racial no Brasil.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar como o ensino de geografia tem contribuído com o estudo da cultura afro-brasileira, levando em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vigente no país. E desse modo, pretendemos ampliar as reflexões sobre os impactos da lei 10639/03 nesta unidade curricular e verificar a sua importância na contribuição do processo de construção da identidade da cultura afro-brasileira.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Desenvolver uma reflexão crítica aproximando a geografia das questões étnico-raciais;
- Analisar o ensino de geografia com a cultura afro-brasileira assentado na Lei 10.639/2003 e 11.645/2008;
- Analisar a Base Nacional Comum Curricular, a fim de entender como a disciplina de geografia pode contribuir para as questões étnico-raciais.
- Refletir sobre o livro didático, que orienta o professor de geografia a trabalhar questões étnico raciais nas escolas, a sua importância no processo valorização da cultura afro-brasileira;

## **3. JUSTIFICATIVA**

É evidente que as temáticas referentes à história e cultura afro-brasileira, ainda hoje são superficialmente abordadas no currículo escolar. No entanto somos uma sociedade considerada miscigenada e, em sua maioria, constituída por pessoas negras, descendentes dos povos africanos. O Brasil é composto por diferentes povos e etnias, no entanto, apenas reconhecemos a cultura que nos foi imposta, tudo o que experimentamos, estudamos, vivenciamos é de acordo com a cultura ocidental.

Rafael S. A. Anjos (2006) escreve que esse distanciamento interfere nas noções de cidadania e pertencimento:

É preciso "desmistificar" o continente africano, sobretudo nos seus aspectos geográficos e nas relações com a formação no território brasileiro, que assume uma posição de destaque na conjuntura atual. A própria população de ancestralidade africana não conhece a sua região de origem na África, o que interfere nas noções de cidadania e no sentimento de pertencimento territorial (ANJOS 2006, p. 15).

As disciplinas que contextualizam a diversidade cultural, existentes em nosso território, são extremamente relevantes para minimizar estigmas e narrativas criadas para o povo negro e indígenas no Brasil. É muito comum, nas escolas públicas, observar que conteúdos são aplicados mostrando o afro-brasileiro meramente como descendentes de “escravizados” e, na maioria dos casos, não há um real aprofundamento do tema. Como afirma Raphael Luiz Silva da Costa e Diego França Dutra (2009, p. 11.), “a educação precisa de um ensino de África na visão dos que lá vivem ou descendem e não pela ótica do explorador europeu”.

O distanciamento da realidade pode acarretar gatilhos em crianças, adolescentes e jovens afrodescendentes pois, os mesmos não se sentem integrados ou historicamente representados, não se veem como protagonistas nos fatos abordados dentro dos conteúdos, mas, são representados como uma “raça” inferior, fraca, escravizada. Essa imagem se reflete progressivamente, afetando a condição do negro em sua construção social e identitária em sua complexa relação com o mundo. Necessita-se, portanto, de novas abordagens e até mesmo uma maior representatividade dentro do campo de ensino. Abordar os conteúdos nas salas de aula com maior profundidade e buscar incorporar, de forma homogênea, as diferentes culturas existentes em nosso país, evidenciando a importância de cada uma destas, no processo de construção da nossa sociedade. Como afirma Ana Flávia Borges De Oliveira:

O ensino das Africanidades Brasileiras refere-se ao estudo das raízes da cultura brasileira com origem africana, tendo o objetivo de compor os currículos escolares de todos os níveis de ensino, valorizando igualmente a identidade étnico-histórico-cultural dos diversos grupos que formam o povo brasileiro(OLIVEIRA, 2019, p.12).

Os conteúdos de história e cultura indígena e afro-brasileira, inseridos nos currículos e aplicados de forma correta nas salas de aula, podem ser considerados uma

forma de resistir ao sistema opressor e racista no qual vivemos, combatendo, na base da educação, as disparidades raciais.

Pode-se dizer que o racismo sempre esteve presente em diferentes instâncias sociais, inclusive, dentro das instituições, sejam elas na base escolar, que é o nosso primeiro contato de ensino-aprendizagem, seja nas universidades de pesquisa, tecnológica científica, humana, social ao nível profissional superior.

Espaços, estes, de construção formativa do sujeito para o mundo, no qual por muito tempo não se promoveu pesquisas e trabalhos relacionados à temática étnico- racial. Tanto os afro-brasileiros como os indígenas por séculos foram deixados à margem da sociedade, oprimidos e obrigados a abster de seus conhecimentos e saberes, originários ancestrais.

Quando buscamos pesquisas acadêmicas relacionadas às questões étnico- raciais, quilombolas, indígenas, afro-brasileiras, fica evidente o quanto ainda são temáticas pouco investigadas nas instituições. De algumas décadas para cá, surgiram pesquisas de interesse sobre os temas, e muito se deve à luta do Movimento Negro Brasileiro, que se posicionou buscando evidenciar-se, como sujeito social-político, a importância de suas grandes contribuições históricas, culturais, sociais e identitárias na construção desse país. Mas essas contribuições acadêmicas ainda são poucas em vista do reconhecimento precoce, ainda há muito a ser pesquisado, debatido, e reconhecido referente aos temas e questões raciais.

Diante disso, cabe aqui alguns questionamentos em relação a obrigatoriedade das legislações: (i) a obrigatoriedade é para toda a rede educacional; (ii) o círculo vicioso, uma vez que a formação dos licenciados não obedece às leis, como esses profissionais irão respeitar essas legislações quando forem atuar? (iii) Quais seriam as possíveis soluções para ofertar uma formação continuada para esses profissionais, qualificando-os para o ensino das temáticas histórico-culturais, de África, afro-brasileira e indígenas nas salas de aula?

#### **4. METODOLOGIA**

Segundo a autora Alda Judith Alves (1991), no texto “O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação”, não há metodologias boas ou más, intrinsecamente, mas sim metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema. Nesse sentido esse texto propõe uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica crítica acerca do ensino da geografia e das relações étnico-raciais.

Estruturamos a metodologia escolhida e utilizada para este estudo primordialmente através de leituras críticas de diversas obras relacionadas ao tema que nos desse fundamento para analisar o problema apresentado, e após a realização de levantamento de informações teóricas de pesquisa bibliográfica conseguimos construir este texto.

Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2012), a pesquisa bibliográfica deve ser crítica, disciplinada e ampla, pois requer reflexão, compromisso e atualização. A metodologia é o meio pelo qual o pesquisador busca conhecer a real situação, e assim, fundamentar suas decisões durante a realização do trabalho científico.

Outro ponto importante no campo da pesquisa qualitativa seria a oportunidade de aproximação da realidade do autor com o tema a ser pesquisado, levando em consideração as suas experiências vivenciadas, “colocar-se no lugar do outro” para compreender a realidade pela visão dos pesquisados como forma de aproximação entre a vida e o que será investigado (ZANETTE 2017 p. 153).

A academia busca colocar o pesquisador distante do objeto de estudo, ou de sua realidade, essa metodologia se faz necessária para promover aproximações de atores que buscam cada vez mais, dialogar sobre pautas referente às próprias realidades, como é a proposta aqui.

Buscando alcançar o objetivo deste trabalho, este texto foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, por meio de documentação direta e indireta. Compreendendo as instituições de ensino como espaço de construção do saber, não meramente de reprodução de conteúdo, essa abordagem metodológica busca olhares mais humanizados sobre o processo de ensino. O homem e a mulher são moldados pela sociedade, o seu desenvolvimento depende da forma como os fenômenos surgem em seu processo de construção enquanto sujeito social.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa possui inúmeras contribuições, sobretudo no campo da educação. Marli André e Bernadete A. Gatti (2008) ressaltam que:

O uso dos métodos qualitativos trouxe grande e variada contribuição ao avanço do conhecimento em educação, permitindo melhor compreender processos escolares, de aprendizagem, de relações, processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, o cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, as formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas (ANDRÉ; GATTI, 2008, p. 9).

Nesse sentido, este TCC buscou realizar o levantamento bibliográfico de cunho qualitativo embasado teoricamente em textos de estudiosos que abordam o assunto em

questão. Desse modo possibilitando uma maior compreensão dos temas apresentados, visando a qualidade de ensino/ aprendizagem e assimilação do conteúdo de forma mais acessível e objetiva.

Por fim, o trabalho foi elaborado a partir de produções científicas que, de algum modo, contribuem com o contexto educacional do referido tema em questão. Conforme Claudio Kleina e Karime Smaka Barbosa Rodrigues (2014, p.11), a ciência identifica questões buscando respostas para as demandas da sociedade.

Foi realizada uma análise do documento Base Nacional Comum Curricular, a fim de entender como a disciplina de geografia pode contribuir nas questões étnico- raciais. Este movimento de produção de conhecimento envolverá a pesquisa de dados secundários em fontes como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); consultas ao site da Fundação Cultural Palmares e outros sites que possam contribuir; consulta à Secretaria de Educação Minas Gerais; consulta às Leis de Diretrizes de Base (LDB 9394/96).

## **5. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **5.1 A Geografia e a Questão Racial**

A Geografia enquanto ciência busca estudar o espaço geográfico e todas as relações dos seres humanos com o meio em que vivem. Preocupa-se em estudar as características dos fenômenos da natureza e, para além desses, busca compreender as questões socioculturais e seu dinamismo nas relações sociais.

As discussões étnico-raciais vêm ganhando espaço e sendo refletidas cada vez mais pelo viés da geografia, esse reflexo parte do aumento significativo das produções acadêmicas de geógrafos que propõem a discussão do tema em suas pesquisas. Diogo Marçal Cirqueira e Gabriel Siqueira Corrêa (2014), por exemplo, destacam que:

Há um esforço de um grupo de autores que estão buscando abordar a temática a partir de uma perspectiva geográfica (SANTOS, 2007, 2010; RATTI, 2003, 2010; CAMPOS, 2005; CARRIL, 2006; ANJOS, 2001, 2005; ALMEIDA, 2010). No que tange à produção das pós-graduações em Geografia, notamos que a produção de teses e dissertações aumenta exponencialmente de 2002 a 2011, acompanhando o período da intensificação dos debates políticos sobre a questão étnico-racial (...) (CIRQUEIRA e CORRÊA 2014, p.33).

O campo da Geografia perpassa os estudos de suas categorias geográficas, partindo para os estudos dos humanos enquanto formadores de opiniões críticas diante do meio social no qual vivem. Isso os tornam, fonte de informação e formação nos espaços físicos,

sociais, econômicos, culturais e políticos. A geografia, nesse sentido, tem um papel fundamental na construção da identidade do sujeito e sua construção social como cidadão, interferindo diretamente na visão do mundo do sujeito e no olhar deste sobre si mesmo.

A produção dos conteúdos de geografia, a depender de como são aplicadas, podem ser grandes aliados para se trabalhar as questões voltadas para os estudos da diversidade sociocultural brasileira e as questões étnico-raciais. De acordo, Clézio dos Santos (2014, p. 12), a geografia contribui para uma maior compreensão do espaço social contemporâneo em qualquer que seja a escala de análise e permite a melhoria na qualidade de ensino e construção de cidadania plena em meio a diversidade étnico- racial.

O Brasil recebeu, no período colonial, por meio do deslocamento forçado (diáspora) de africanos, uma grande quantidade de pessoas de diferentes etnias, e com as suas peculiaridades e diversidade cultural. A história da colonização está diretamente ligada ao conteúdo da geografia, pois esses povos e suas culturas foram deslocados de seus territórios e formaram o que hoje conhecemos como Brasil. Vivemos em um país considerado miscigenado, repleto de etnias distintas, cada uma com as suas peculiaridades culturais, o que está diretamente ligado às diferenças socioeconômicas no Brasil. Rafael S. A. Anjos (2006) argumenta que:

Tratar a diversidade cultural brasileira num contexto geográfico e cartográfico, visando, portanto, reconhecer, valorizar e superar a discriminação é atuar sobre os mecanismos da exclusão social, a caminho de uma sociedade mais democrática, na qual os descendentes dos povos africanos sejam de fato brasileiros (ANJOS, 2006, p.15).

No entanto, ainda está enraizado no imaginário social que se constitui em detrimento da imposição ideológica de uma cultura ocidentalizada, que os negros são inferiores, isso devido aos processos históricos de exclusão e preconceito racial que persistem até os dias de hoje, o de não reconhecimento das raízes e ancestralidade africanas.

De acordo com Raphael Luiz Silva da Costa e Diego França Dutra (2009, p.8) “a Geografia tem fundamental importância no processo de entendimento do mundo. O ensino analítico desta ciência é o caminho para a desconstrução destas formas hierarquizantes e preconceituosas de enxergar o mundo”. A geografia pode vir a contribuir para que os discentes construam novas formas de se enxergarem no mundo, como indivíduos multiculturais e diversos. Aiala Colares Couto (2020) considera que:

O ensino de geografia no Brasil assume a responsabilidade de acompanhar as transformações do mundo e promover a interação com a sala de aula, facilitando o papel do aluno enquanto sujeito social e transformador do espaço geográfico. (2020, p. 218)

## 5.2 A implementação das Leis 10639/2003 - 11645/2008

A implementação da Lei 10639/03 (Brasil, 2003), visando alterar a Lei de Diretrizes de Bases da educação, tornando obrigatória a implementação da temática “História e cultura Afro-brasileira e Africana”, tem como objetivo minimizar os preconceitos raciais buscando valorizar as influências culturais, sociais, políticas, e também a construção da identidade afro-brasileira. No dia 9 de janeiro de 2003, foi alterada a Lei no 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996 prevendo os seguintes Arts:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

(...) "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’."

Uma vez que história do povo negro nas salas de aula é contada e narrada pela ótica do colonialismo europeu, povos retratados em lugares de inferioridade, subalternizados. Ratts *et. al*, (2000) argumentam que:

As representações dos negros que encontramos estão muitas vezes carregadas da ideologia dos grupos dominantes. Os negros em geral não têm a oportunidade de escrever sua própria história, ou seja, a sociedade brasileira se acostumou em ver os negros apenas nestes lugares sociais (RATTS *et. al*,2000, p.48).

A lei 10639/03 mostra a importância de buscar entender as diferenças existentes nos diferentes grupos étnicos, cada qual com as suas crenças, ideologias, e cultura herdadas de países distintos, uma conquista após séculos de luta pelo direito de existir e resistir. Após 5 anos de existência da lei 10639/03 ocorreu uma nova alteração passando a vigorar a Lei 11645/08 em 10 de março de 2008, estabelece que as diretrizes de base nacional comum

curricular passando a incluir em seu currículo a obrigatoriedade “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. A Lei 11635/08 estabelece que:

Art. 1o O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR) Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Houve a necessidade de trazer em evidência a importância de se estudar a história e cultura indígena obrigatoriamente nos currículos escolares, podemos observar aqui a passos lentos às conquistas dos direitos de povos e etnias que por muito tempo foram silenciadas. A educação é o alicerce para a mudança, um grande passo para a implementação de novos saberes, voltados para a compreensão dos fatos históricos do processo de construção sociocultural do nosso país.

Segundo Larchert e Oliveira (2013), “o currículo da escola formal apaga diferenças que são constitutivas, porque não considera as singularidades e as diferenças expressas na cultura em que está inserido.” Nesse sentido, faz-se necessário uma reflexão em torno das reformulações necessárias no currículo escolar, em busca de realçar a importância e influência dos povos negros, quilombolas e indígenas na construção da identidade brasileira.

O reconhecimento sociocultural pode ser considerado um ato de resistência e luta pela diversidade do nosso país. Construir novas abordagens pedagógicas a serem aplicadas nas disciplinas destacando os reais fatos e processos históricos que marcaram de forma drástica a vida de milhares de povos africanos e indígenas. Começar pela base da educação a construção de novas narrativas, buscando o reconhecimento e valorização multicultural, pode-se considerar que a presença dos conteúdos étnico-raciais no currículo, seja uma forma de reparação, das sequelas que permanecem até os dias atuais.

### 5.3 Análise da Base Nacional Comum Curricular/BNCC de Geografia

Buscou-se ressaltar a importância das Leis citadas anteriormente que serão os trabalhos na disciplina de Geografia, e também entender como os temas de história e cultura da África, afro-brasileira e indígena aparecem no documento da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A princípio estabelece o documento que:

É imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciam os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos (BRASIL, 2018, p. 368).

Desse modo, abordar conteúdos étnico-raciais, histórico-sociais, econômicos e políticos do continente Africano, na disciplina de geografia é fundamental, para discutir as marcas deixadas no passado que reverberam no presente momento, e também todas as contribuições dos povos africanos, na constituição social, política, econômica e cultural desse país.

Entender a construção identitária étnico-racial é fundamental no período escolar, pois, é no contexto de ensino- aprendizagem que se dá a formação do sujeito e sua construção crítica social do mundo.

O quadro a seguir apresenta o BNCC – Unidade Curricular de Geografia, Ensino Fundamental, referente aos conteúdos programáticos voltados para o estudo de história e cultura afro-brasileira. Os conteúdos obrigatórios segundo a lei 10369/3. Busca-se identificar os conteúdos presentes nas: Habilidades (aptidões a serem desenvolvidas durante o processo de ensino aprendizagem aplicados a cada etapa de ensino), e dos Objetos do Conhecimento (conceitos e processos organizados que possibilitam o trabalho multidisciplinar em diferentes unidades temáticas) presentes na BNCC.

#### Quadro 1 - BNCC Geografia

<p><b>BNCC Geografia – Ensino fundamental Anos Iniciais e Finais</b></p> <p><b>Habilidades</b></p>
--

<p>(Anos Iniciais) 4° e 5° ano</p> <p>(EF04GE01) Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (<b>indígenas, afro-brasileiras</b>, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira.</p> <p>(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras <b>indígenas</b> e de comunidades <b>remanescentes de quilombos</b>, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios. (BNCC. p. 377)</p> <p>(EF05GE02) Identificar <b>diferenças étnico-raciais e étnico-culturais</b> e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios. (BNCC p. 379);</p> <p>Anos Finais - 7° e 8° ano</p> <p>(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a <b>diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática)</b>, assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras. (BNCC p.387)</p> <p>(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as <b>territorialidades</b> dos povos <b>indígenas originários</b>, das comunidades <b>remanescentes de quilombos</b>, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.</p> <p>(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na <b>África</b> e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra.</p> <p>(EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de <b>integração cultural e econômica</b> nos contextos americano e <b>africano</b>, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos. (BNCC p. 389)</p> <p>(EF08GE08) Analisar a situação do <b>Brasil</b> e de outros países da América Latina e da <b>África</b>, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.</p> <p>(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e <b>África do Sul</b>).</p>	<p>(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da <b>África</b>.</p> <p>(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da <b>África</b> e América.</p> <p>(EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas acerca da <b>África</b> e América.</p> <p>(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da <b>África</b> no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos. (BNCC p.39)</p> <p><b>BNCC Geografia – Ensino fundamental Anos Iniciais e Finais</b></p> <p><b>Objetos do Conhecimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Território e <b>diversidade cultural</b></li> <li>-Territórios <b>étnico-culturais</b>;</li> <li>-Diferenças <b>étnico-raciais</b> e <b>étnico-culturais</b> e desigualdades sociais;</li> <li>-Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e <b>África</b>;</li> </ul> <p><b>Identidades e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África</b>;</p>
---	--

O quadro acima foi elaborado com intuito de destacar os conteúdos de interesse desta pesquisa, temas que necessitam de atenção e não podemos deixar passar despercebidos. Quando paramos para analisar, o ensino fundamental, nos anos iniciais e finais, por muitas vezes é proposto dentro das habilidades, os conteúdos voltados para o ensino da diversidade cultural, territorialidades e identidade indígena, quilombola e africana.

Os conteúdos estão distribuídos de acordo com o ano de ensino, nos anos finais do ensino fundamental os conteúdos estão voltados para análises cartográficas, territoriais, geopolíticas e econômicas do continente africano.

No entanto, a imagem dos países africanos carrega na maioria dos casos e é reforçada nas mídias, nos livros didáticos com uma conotação negativa, de povos não civilizados, sem cultura, herança deixada pelos ocidentais. Pouco se fala das formas de organizações dos povos africanos antes da desestruturação dos seus povos e etnias forçados a deixarem tudo para trás, seus lares, modo de vida, suas famílias e serem escravizados em terras estranhas. De acordo com Anjos (2006):

Uma das consequências geográficas mais graves dos processos espaciais desencadeados pela diáspora africana é a desestruturação dos antigos Estados políticos do continente (preconceituosamente denominados de tribos), componente fundamental para a compreensão da amplitude das formas de organização social, política e territorial dos povos africanos. ANJOS, 2006, p.28)

Esse fato mostra o quanto ainda precisamos nos atentar e buscar alternativas para se estudar a História e cultura Afro-brasileira e indígena com o maior afinco. Estudos que devem ser direcionados de maneira minuciosa com maiores aprofundamentos teóricos, metodológicos para promover a absorção e compreensão dos fatos, gerando uma reflexão crítica sobre as questões étnico-raciais.

O BNCC de Geografia começa a se aprofundar nos estudos do continente africano, a partir do 8º ano do ensino fundamental, juntamente com os demais países. Nessa direção, explora-se, no 8º ano, uma análise mais profunda dos conceitos de território e região, por meio dos estudos sobre as Américas e sobre os países a África. Pretende-se, com as possíveis análises, que os estudantes possam compreender a formação dos Estados Nacionais e as implicações na ocupação e nos usos e abusos dos territórios americano e africano.

As relações entre como ocorreram as ocupações e as formações territoriais dos países podem ser analisadas por meio de comparações, por exemplo, de países africanos

com países latino-americanos, inserindo, nesse contexto, o processo socioeconômico brasileiro.

(...) Destaca-se também a relevância do estudo da América do Norte, com ênfase no papel dos Estados Unidos da América na economia do pós-guerra e em sua participação na geopolítica mundial na contemporaneidade. Nos estudos regionais, sejam da América, sejam da África, as informações geográficas são fundamentais para analisar geoespacialmente os dados econômicos, culturais e socioambientais – tais como GINI, IDH, saneamento básico, moradia, entre outros –, comparando-os com eventos de pequenas e grandes magnitudes, como terremotos, tsunamis e desmoronamentos devidos a chuvas intensas e falta da cobertura vegetal. (BNCC, p. 392)

A Geografia em suas potencialidades, além de abordar questões territoriais, econômicas e culturais, apresenta uma infinidade de possibilidades para se discutir de forma ampla questões acerca do continente africano e a sua intrínseca relação com a construção sociocultural do Brasil.

Considerando uma educação voltada para a construção de uma sociedade na perspectiva da igualdade e justiça social no Brasil, é fundamental a introdução no ensino de Geografia da temática sobre as relações étnico-raciais com intenção de rever posições e visões referentes aos vários mundos étnicos. Dessa maneira, a participação na educação voltada para as questões raciais é fundamental para o processo de ensino aprendizagem não somente na Geografia, mas em outras disciplinas que fazem parte do currículo escolar. (MARTINS e PUREZA, p.9 2020)

De fato, a geografia pode ser considerada uma das disciplinas que dialoga com muitas outras áreas, culturais, sociais, políticas, econômicas, oferecendo diferentes possibilidades para discutir as relações étnico-raciais. Esse dinamismo possibilita um trabalho multidisciplinar envolvendo as demais disciplinas do currículo escolar, criando novas abordagens e perspectivas sobre diferentes aspectos da história e cultura afro-brasileira e indígena.

#### **5.4 Os Livros Didático de Geografia e os Conteúdos da Cultura Afro-brasileira no Ensino Básico**

Sabe-se que a teoria muitas vezes não contempla a realidade, sobretudo, nas salas de aula, a parte prática muitas vezes é falha. Principalmente quando existe um distanciamento e sucateamento dentro das instituições. Os reais acontecimentos históricos são, na maioria das vezes, distorcidos e contados por apenas um único viés, são aplicados de forma superficial e romantizada nas escolas.

Os professores de Geografia estão diante de grandes desafios, sobretudo na aplicação dos conteúdos. Giroto e Benedetti (2018) acreditam que “a construção de outros olhares sobre o conhecimento para além do paradigma euro centrada tem sido um dos principais desafios para a implementação da Lei 10639/03 com inúmeras implicações também para o ensino de Geografia” (2018, p.8.)

Um dos maiores problemas que enfrentamos dentro do cenário da educação é a falta de preparo dos educadores, além da desvalorização profissional, carga horária extensa e cansativa, acúmulo de trabalho, quase não se têm formação continuada e materiais pedagógicos didáticos para dar suporte na aplicação dos conteúdos.

Não adianta implementar uma lei de obrigatoriedade de conteúdos voltados para a diversidade, dos povos indígenas, quilombolas e afro-brasileiro se por muitos anos essas questões foram deixadas de lado.

A falta da capacitação de profissionais da educação para a realização de trabalhos voltados para as relações étnico-raciais e diversidade cultural e outros temas, na grande maioria, é ausente em sua formação profissional, e que apontam a insuficiência de implementações de iniciativas e ações na área de formação inicial e continuada de professores. (MARTINS e PUREZA, p.6 2020)

O cenário educacional brasileiro é desmotivador, por um lado vemos o sucateamento da educação, a falta de valorização dos professores, por outro lado a certeza de que a educação é um dos direcionamentos para um futuro mais justo. Um dos recursos mais utilizados nas salas de aula são os livros didáticos, sobretudo nas escolas públicas. Muitas vezes os professores não buscam outros materiais para enriquecer as aulas, seja por sobrecarga de trabalho, ou por ser o modo mais prático que demanda menor tempo. No entanto, os livros devem conter minimamente conteúdos com boa qualidade e veracidade dos fatos. Pois, deve servir como base de conhecimento e formação de caráter crítico para os discentes.

(...) muitos dos nossos educandos não têm outra fonte de acesso a pesquisa e informação pedagógica que não o livro didático, a partir dessa constatação torna-se ainda mais importante se fazer um bom uso desse material, que precisa servir inclusive de estímulo para esse aluno(a) sentir o desejo de se aventurar em outras leituras, livros e possibilidades. Nesse sentido, a ligação entre o professor e o livro didático certamente perdurará por longos anos, para confirmar essa constatação vale pensar na precariedade de material de apoio para o desenvolvimento das aulas em escolas espalhadas nos mais variados cantos do nosso país. (MENEZES e MENEZES p.4)

Os conteúdos dos livros didáticos podem ser fortes aliados nas discussões étnico-raciais, assim como podem se tornar mais uma forma de excluir o negro afro-brasileiro dentro do espaço de formação e do material e das referências que utilizam. Isso vai depender totalmente da forma como os professores têm apresentado e ensinado os conteúdos nas salas de aula. Para Couto (2020, p. 215), observa-se que as questões raciais são pouco discutidas ou exploradas em temas como urbanização, população e que na maioria das vezes o ensino de geografia concentra-se em retratar o continente africano abordando aspectos de pobreza, miséria, conflitos, deixando de lado aspectos positivos em relação à história cultura, entre outros.

Couto (2020, p.215) completa que “a história da África aparece nos livros de geografia limitada por um olhar moderno-colonial civilizatório as quais passam despercebidas nos debates dentro das salas de aula.” Os livros didáticos de geografia poderiam ser abordados por um viés de formação de pensamento crítico racial, sobretudo nas escolas públicas, porém a maioria são elaborados ainda com uma visão estigmatizada realçando somente os pontos negativos, reforçando as desigualdades dentro das escolas.

Lutar pelos direitos de reconhecimento histórico-cultural é o princípio, visando a construção de novas possibilidades e aprofundamento teórico nos conteúdos escolares voltados para novas perspectivas da construção da identidade cultural afro-brasileira. Afinal, ter acesso à educação é um direito de todos, a escola portanto deve promover um espaço de construção do saber, promovendo igualdade de representação das diversidades existentes. Além de promover a longo prazo, reflexões coletivas conscientes sobre o racismo existente nas diferentes esferas sociais, principalmente dentro das instituições escolares. De acordo com Alecsandro J. P. Ratts, *et. al*, (2007):

Podemos afirmar que a educação, marcada por relações e métodos pedagógicos que privilegiam um grupo em detrimento de outro, proporciona um ensino excludente que desconsidera a pluralidade étnico-racial presente em sala de aula. Deste modo, observa-se a atuação de forma marcante do racismo no cotidiano escolar, desde as relações entre profissionais da educação, professores, professoras e estudantes, chegando até o material didático utilizado para efetivação do ensino. (RATTS *et. Al.* 2007, p.49)

Diante desse fato, faz-se necessário uma avaliação dos materiais didáticos disponíveis e a forma como os mesmos têm abordado a história e cultura de África e suas contribuições, buscando entender de fato as nossas origens e ascendência.

Quando falamos em afrodescendentes remetemos a ascendência aos africanos, mas também, ascendência a África, origem referida à ligação com o espaço de nascimento. Mesmo com tempos após, por exemplo, a escravização de africanos para trabalho no Brasil a carga negativa a estes acontecimentos acomete aos que possuem alguma ligação com estes escravizados, que neste caso é a ligação pela identidade com o lugar de origem, a África, ou a cor de sua pele e sua ascendência familiar. (COSTA e DUTRA, p. 10., 2009)

Ao abordar os temas em sala de aula o professor deve estar ciente das metodologias corretas que não inferiorizam uma etnia ou outra, deixar de lado o olhar eurocêntrico, buscando analisar profundamente as potencialidades e contribuições da cultura africana.

Santos, (2014, p.04) acredita que um dos maiores desafios da educação brasileira seria romper com o modelo desigual, principalmente alterar o modo como a cultura africana e afro-brasileira é abordada dentro das salas de aula e complementa que “Precisamos analisar a África sem nossos olhares eurocêntricos preconceituosos, pois sabemos que o eurocentrismo, por meio da ideologia do moderno, exalta os valores ocidentais e desconsidera os demais saberes.” Sem dúvidas essa é a forma que nos foi ensinada durante toda uma vida, aprender a valorizar somente a cultura eurocêntrica, ao invés de buscar entender os saberes e conhecimentos ancestrais afro-brasileiros e indígenas que constituem a base da construção da identidade do povo brasileiro.

Costa e Dutra (2009), em uma análise do livro didático de 8º ano no conteúdo de globalização identificaram o quanto o continente africano ainda é inferiorizado em relação aos países considerados “desenvolvidos”.

Estão presentes imagens de africanos em situação de extrema desnutrição aludindo à fome no continente. O discurso da África como o continente das doenças também está presente. O desenvolvimento destas “mazelas” as quais acometem a África está intimamente ligado à falta de organização política própria dos países africanos. Percebe-se que há uma tentativa de afastamento do Egito como país africano. É notório o embranquecimento deste país, assim como acontece com a África do Sul no processo de separação destes em relação ao restante dos países africanos. (COSTA e DUTRA, p. 14., 2009)

Temos aqui um retrato estigmatizado dos países africanos abordado dentro dos livros didáticos, salientando as situações de extrema pobreza, fome, doenças, o olhar ocidental sobre os países africanos que se repete frequentemente.

É mais fácil representar as “mazelas”, do que buscar mostrar imagens positivas como contraponto, a fim de inferiorizar e delimitar o continente africano como um único

território, a ideia não é deixar de lado os problemas existentes, mas também enaltecer os fatos importantes ao se referir-se ao povo negro.

Retts et. al (2007) afirmam que os livros didáticos nunca abordam a experiência anterior à escravização dos africanos e africanas nas Américas. Não se fala de seres humanos livres que tinham organizações sócio-político econômica e culturais na África pré-colonial. Também não evidenciam as formas de resistência que estes desenvolveram durante o período escravagista, por meio das revoltas, insurreições, quilombos etc.” (RETTS et. al 2007, p. 53).

Martins e Pureza (2020), fizeram uma análise dos livros didáticos de geografia da coleção "Para Viver Juntos" ensino fundamental 6º ao 9º ano, 4ª edição, edição, SM do ano de 2015 em busca de se identificar e analisar como os conteúdos étnico-raciais são apresentados na coleção. Os autores percorreram sobre a forma que os conteúdos estavam distribuídos dentro das unidades, tanto os textos como também as ilustrações referentes as questões étnico-raciais, buscando compreender se os

livros didáticos abordavam as referidas questões de forma construtiva, crítica em prol de uma sociedade antirracista e justa para todos. Deste modo consideram que muitos dos conteúdos presentes nos livros didáticos não apresentavam a real contribuição e profundidade das temáticas e que os mesmos estavam ali devido a obrigatoriedade das legislações criadas no âmbito educacional (Ibidem).

Portanto, os livros didáticos voltados para o ensino de Geografia na Educação Básica fazem pouca referência às abordagens e especificidades do campo das relações étnico-raciais. As ausências de discussões sobre as questões que envolvem a temática no ensino de Geografia podem ocasionar o desconhecimento, a criticidade e poucos elementos que podem proporcionar o avanço da área de conhecimento da Geografia humana e cultural. (Martins e Pureza 2020, p. 29)

O livro didático é um material de apoio pedagógico importante e deve ser utilizado nas salas de aula. Porém cabe ao professor saber analisar criticamente a forma como o conteúdo está sendo apresentado. Pois é comum a representação subalternizada dos negros e indígenas nos livros didáticos, mostrando sempre situações estigmatizadas, imagens essas que reforçam os preconceitos e a forma moldando a forma com que a sociedade os vê.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história do Brasil, foi negado ao povo negro e indígena a oportunidade de ampliação do seu conhecimento. Por muito tempo silenciados abdicaram do direito de difundir seus saberes devido a estrutura racista construída em nossa sociedade e sobretudo dentro das escolas.

A obrigatoriedade das Leis 10639/03 e 11645/08 Leis de Diretrizes de Base conteúdos voltados para ampliação de conhecimento sobre a história e cultura indígena e afro-brasileira que também implica no estudo das relações étnico-raciais, não foi uma forma de levar esse conteúdo apenas para as crianças negras e indígenas, mas evidenciar dentro do currículo escolar a existência das múltiplas culturas e etnias existentes que foram essenciais para a construção da identidade sociocultural do país.

Até o presente momento, como podemos observar, a aplicação das leis ainda se apresenta muito superficial, os conteúdos estão presentes nos livros didáticos, no entanto, não existe um real aprofundamento. Aparecem por serem obrigatórios e não devido a sua principal aplicação que seria de amenizar os danos causados pela discriminação racial e danos sofridos por séculos que acarretou diferentes desigualdades por cor, etnia, renda.

Muitos livros didáticos ainda difundem conteúdos estereotipados quando retratam imagens de África, afro-brasileiros e indígenas, o que acaba por reforçar as desigualdades existentes e o preconceito nas salas de aula e no âmbito social.

Se as questões étnico-raciais realmente fossem trabalhadas de forma coerente dentro dos currículos escolares, sendo estas inseridas no ensino-aprendizagem desde a base escolar até o ensino superior, seria o ponto de partida para grandes mudanças na estrutura da sociedade na qual vivemos hoje.

Uma metodologia que poderia ser aplicada em todas as disciplinas escolares, como uma estratégia antirracista. A efetivação desse processo e aplicação das leis, não dependem somente da sua obrigatoriedade, mas da mobilização e formação continuada para que os professores sejam conscientes, capazes de aprofundar nas discussões étnico-raciais com um olhar crítico formativo, que se afasta da visão ocidentalizada.

Os conteúdos voltados para a pauta racial devem ser abordados nas salas de aula em busca de mostrar o quanto as pessoas negras contribuíram e contribuem em diferentes instâncias na sociedade brasileira. O papel do professor se estende podendo abrir caminhos para novas perspectivas dos educandos, não somente o papel de transmissão dos conteúdos, mas buscar segmentos metodológicos que visam empoderar nossas crianças, mostrar que a

diversidade multicultural deve ser valorizada e respeitada. Assim promovendo cidadãos cientes das complexidades que envolvem as relações étnico-raciais.

Diante das reflexões alcançadas, cabe aqui apresentar alguns questionamentos no intuito de inspirar outras investigações do tema:

1. Quais têm sido as estratégias para levar esses conteúdos com clareza para os discentes?
2. Qual a representação do negro nos livros Didáticos?
3. Os professores têm acesso a capacitações e materiais pedagógicos de qualidade para facilitar na aplicação dos conteúdos?
4. Mas de quem é a culpa quando essas demandas não são cumpridas?

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. (10 de julho de 2019). [S.l.]: Pólen Livros. ISBN 978-85-98349-91-6.

ALVES, Alda Judith. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação. Caderno Pesquisa, São Paulo (77); 53-71, maio 1991.

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernadete A. Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origem e evolução. Simpósio Brasileiro – Alemão de Pesquisa Qualitativa e Interpretação de Dados, realizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2008.

ANJOS, Rafael S. A. dos. Quilombolas: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

Bhering, M. de S., Machado da Fonseca, V. ., & Henrique Mota Silva, T. . (2021). A BNCC e a Lei n. 10639/2003: Componentes curriculares e educação antirracista. Revista De Ciências Humanas, 2(21).

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

<disponível em >[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)

CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna. O ensino de geografia na educação quilombola: experiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado - Comunidade Negra Paratibe, PB. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal, & CORRÊA, Gabriel Siqueira. (2017). Questão Étnico-Racial Na Geografia Brasileira: Um Debate Introdutório Sobre A Produção Acadêmica Nas Pós-Graduações. Revista Da ANPEGE, 10(13), 29–58. <https://doi.org/10.5418/RA2014.1013.0002>

COSTA Raphael Luiz Silva da.; DUTRA Diego França. A Lei 10639/2003 e o Ensino e Geografia: Representação dos Negros e África Nos Livros Didáticos. 10º Encontro Nacional de Prática em Ensino de Geografia. Porto alegre, 2009.

COUTO Aiala Colares. A Questão Racial E A Geografia Escolar Crítica: Caminhos Para Uma Educação Antirracista. Revista GeoSertões (Unageo-CFP-UFCG). Vol. 5, nº 10, jun./dez. 2020 , 207 a 225. <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. João Pessoa, 2013. Dissertação de Mestrado – PPGG/UFPB.

GIROTTTO Eduardo Donizeti., BENEDETTI Amanda Cristina, Porque isso era mostrar o quanto eu era forte” A lei 10639 e o ensino de Geografia: um estudo de caso na cidade. UERJ, Rio de Janeiro, n. 33, e, 32396, 2018.

KLEINA, Claudio; RODRIGUES, Karime Smaka Barbosa. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2014.

LARCHERT, J. M.; OLIVEIRA, M. W. de. Panorama da Educação Quilombola no Brasil. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 44-60, 2013.

MARTINSI, Alan Bizerra; PUREZAIL, Marcelo Gaudêncio Brito. O ensino de geografia e as relação étnico-raciais nos livros didáticos no ensino fundamental. 2020. (MARTINSI e PUREZAIL, 2020)

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro/São Paulo: ABRASCO/HUCITEC, 2012.

MENEZES, Ledalene da Conceição Gonçalves; dos Santos MENEZES, Verilane. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DISSEMINAÇÃO DA LEI 10.639/03. <Disponível em>

[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=.+O+LIVRO+DID%2C%81TICO+DE+GEOGRAFIA+E+SUAS+IMPLICA%2C%87%2C%95ES+PARA+A+DISSEMINA%2C%87%2C%83O+DA+LEI+&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=.+O+LIVRO+DID%2C%81TICO+DE+GEOGRAFIA+E+SUAS+IMPLICA%2C%87%2C%95ES+PARA+A+DISSEMINA%2C%87%2C%83O+DA+LEI+&btnG=)

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges De. A Representação Do Negro No Livro Didático De Geografia Do 8º Ano Do Ensino Fundamental. Monografia, Universidade Federal De Uberlândia/MG (2019).

RATTS, Alecsandro J. P.; RODRIGUES, Ana Paula Costa; VILELA, Benjamim Pereira; CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 8/9, n. 1, p. 45-59, 2006/2007.

SANTOS, Clézio dos. O Ensino de Geografia e a Cultura Africana e Afro-Brasileira na Escola. Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. Educar em Revista, p. 149-166, 2017